

# Os povos indígenas e as Missões Salesianas do Amazonas: as disputas de poder, as estratégias civilizatórias e a autodeterminação indígena

## *Indigenous people and Salesian Missions in Amazonas: the disputes of power, the civilization strategies and the indigenous self-determination*

Mauro Gomes da Costa\*

**Resumo:** O texto analisa as ações civilizatórias das missões salesianas do Rio Negro/ Amazonas/ Brasil buscando evidenciar as disputas de poder entre a Igreja Católica e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) pelo controle espiritual, territorial e social das populações indígenas do noroeste amazônico na primeira metade do século XX. De um lado, recorrendo a uma multiplicidade de estratégias desestruturantes das culturas indígenas, ora semelhantes, ora díspares, os agentes colonizadores convergiam para o fim transformar o contingente populacional indígena em cidadãos úteis para a Pátria e tementes ao Deus dos cristãos. De outro, percebe-se a mobilização das lideranças nativas contra a hegemonia missionária e estatal e em defesa da autodeterminação indígena.

**Palavras-chave:** civilização; conversão religiosa; autodeterminação indígena.

**Abstract:** The following text analyses the civilizing actions of the Salesian missions in the Brazilian Amazon region and looks at evidencing the disputes for Power between the Catholic church and the SPI (Indian Protection Service) through the spiritual, territorial and social control of the native population of the Rio Negro in the first half of the twentieth century. On one land, using an array of undermining strategies against the indigenous cultures, sometimes similar, sometimes different, the colonists converged in order to transform the indigenous population in useful, God fearing citizens for the country. On the other hand, it is possible to note a indigenous of the native leaders against the State and missionary hegemony in defense of the indigenous self-determination.

**Key words:** civilization; religious conversion; indigenous self-determination.

\* Doutor em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Amazonas/ UEA. O texto, ora revisto e aumentado, resultou de Comunicação Oral no Seminário Temático 009, "A história da educação entre a igualdade e a diferença", do XXVI Simpósio Nacional de História/ ANPUH 50 ANOS, São Paulo, 17 a 22/07/2011. E-mail: semogcosta@yahoo.com.br

## 1 As ações civilizatórias e de conversão das Missões Salesianas

A primeira etapa da penetração salesiana no noroeste amazônico foi concluída com a implantação da missão de São Gabriel da Cachoeira, em 1916 (COSTA, 2012), seguida da fundação da missão de Taracuá, em 1923, no baixo Uaupés. A partir dessa experiência, se iniciou os contatos com os Tariana<sup>1</sup> de Iauareté<sup>2</sup>, médio Uaupés, a fim de conhecer o território e as populações e, a partir daí, traçar as estratégias de atuação missionária. Feitos esses contatos preliminares, os salesianos decidiram fundar a missão de Iauareté, conforme a citação a seguir:

Ieri alle 5 di sera arriva Monsignor Pietro Massa in canoa accompagnato da Don Giov. [Giovanni] Marchesi per stabilire il luogo piú adatto per sfondare una missione. Visto che dalla parte sinistra il terreno fu gia occupato dall'Incaricatto del posto di protezione agli indi [SPI] Monsignor Massa scelse la sponda destra che sarà anche piu facile per l'acesso degli indi dell'alto Uaupés. Il terreno destinato alla futura missione sarà dal piccolo igarapé [...] fino al grande igarapé di acqua nera che si incontra verso la fine delle cascate. Nella zona della futura missione esistono piccole malocche com non piú di 27 persone. Il terreno é coperto di [...] capuera. Questa mattina [29/09/1927] Monsignor Massa ha celebrato la Santa Messa e ha detto ai presenti come finalmente era giunta l'ora della Providenza anche per i poveri abitatori dell'alto Uaupés colla nuova fondazione della missione. Per la felice coincidenza della festa di S. Michele [Arcangelo] ed in memória del nostro grande padre Don Michele Rua [Reitor-Mor dos Salesianos] de s. m. [saudosa memória] la nuova missione avrá per suo patrono S. Michele. Apparvero molti indi e fu una gioia straordinaria quando seppero della prossima venuta del missionário e della nuova missione. Il capitano Nicolau fu incaricato dei primi lavori di disboscamento. (MISSÃO SALESIANA DE IAUARETÉ/CRÔNICAS, 29/09/1927)<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Os Tariana autodenominam-se Talyáseri e pertencem à família linguística Aruak.

<sup>2</sup> Distrito localizado na Terra Indígena Alto Rio Negro na confluência dos rios Uaupés e Papuri no extremo noroeste do Estado do Amazonas, fronteira geopolítica do Brasil com a Colômbia.

<sup>3</sup> Doravante MSI/CRÔNICAS. "Ontem, às 05 horas da tarde, chegou de canoa monsenhor Pedro Massa, acompanhado pelo padre João Marchesi, para determinar o lugar mais adequado para fundar uma missão. Visto que do lado esquerdo o terreno já foi ocupado pelo encarregado do posto de proteção aos índios [SPI], monsenhor Pedro Massa escolheu a margem direita, a qual será de mais fácil acesso para os índios do alto Uaupés. O terreno destinado à futura missão vai do pequeno igarapé [...] até o grande igarapé de águas pretas que se encontra no final das cachoeiras. Na zona da futura missão existem pequenas malocas com não mais de 27 pessoas. O terreno é coberto de [...] capuera. Esta manhã [29/09/1927] monsenhor Massa celebrou a santa missa e disse aos presentes que finalmente era chegada a hora da Providência também para os pobres habitantes do rio Uaupés com a fundação na nova missão. Pela feliz coincidência da festa de São Miguel [Arcanjo] e em memória do nosso grande pai padre Miguel Rua [Reitor-Mor dos salesianos], de saudosa memória, a nova missão terá por patrono São Miguel. Apareceram muitos índios e foi uma alegria extraordinária quando souberam da próxima

Após a escolha do local, o Pe. Giovanni Marchesi e o leigo Giovanni Colombo se fixaram em Iauareté, a partir de 1928. Os caciques Leopoldino e Nicolau prometeram ajuda aos salesianos e, cumprindo com o trato, mobilizaram os Tariana para trabalhar na construção da nova missão. Um dos motivos para fundar a missão na confluência dos rios Papuri e Uaupés foi, segundo os salesianos, o fato de o local “ser o lugar natural de reunião das tribos que habitam nas margens desses rios” (BOLETIM SALESIANO, maio/jun. 1930, p. 180-81)<sup>4</sup>, ou seja, por ser uma encruzilhada fluvial a qual funcionava como um ponto de passagem obrigatório dos indígenas uapesinos.

A construção da missão à esquerda do Uaupés se deu devido à existência do Posto Indígena de Fronteira (PIF) do Serviço de Proteção aos Índios/SPI, instalado em 15/09/1926, na margem direita. Dois anos após a fundação do PIF, o povoado dos Tariana era composto de 04 malocas e 22 casas de taipa, cuja população indígena era estimada em 138 habitantes e quatro “civilizados”, constituído pelo encarregado do Posto, o Sr. João Arruda Cabral, e sua família (SOUSA, 1959, p. 118-120). Além do Posto de Iauareté, havia outros dois no Alto Rio Negro, o do Papuri e o do Querari, todos dotados de modestas instalações, pasto para o gado, criações e roças com diversos tipos de plantações. Ao lado desses postos, se erguiam as habitações comunais tradicionais e as casas monofamiliares, construídas por exigência dos agentes do SPI. Sob o controle dos funcionários dos Postos, os homens se ocupavam da cestaria, armadilhas de pesca; ao passo que as mulheres dedicavam-se à fiação (SPI, 1930-1931).

O levantamento das construções do SPI e das Missões Salesianas em Iauareté, em lados opostos do mesmo perímetro, significa mais que o mero loteamento físico do território indígena por parte do Estado e da Igreja, pois essa dispersão geográfica institucional era um sintoma da disputa de poder pelo controle territorial e social das populações indígenas.

Em termos **geopolíticos**, desde o alvorecer do século XX, as questões de fronteira Brasil-Colômbia, da qual Iauareté é um posto avançado, eram oficialmente reguladas pelo *Tratado de Bogotá*, de 24/04/1907, pelo *Acordo de Washington*, de 04/03/1925, e pelo *Tratado de Limites e Navegação Fluvial*, de 15/11/1928 (REPÚBLICA DE COLÔMBIA, s.d.). Em 1930, autoridades brasileiras e colombianas criaram uma Comissão Mista para executar a demarcação da fronteira entre Brasil e Colômbia, cujos trabalhos foram concluídos em 1937<sup>5</sup>. Todavia, essa burocracia era, na prática, ignorada pelas populações

---

vinda do missionário e da nova missão. O capitão Nicolau ficou encarregado dos primeiros trabalhos de desmatamento” (tradução nossa).

<sup>4</sup> Doravante BS.

<sup>5</sup> Os relatórios por nós consultados, os quais foram elaborados pelos integrantes da comissão brasileira, constam na sede da Primeira Comissão de Demarcação e Limites/PCDL em Belém do Pará.

nativas, as quais dividiam o território a partir das tradições ancestrais, e desrespeitada tanto por regatões e *caucheros* colombianos quanto por missionários.

Nesse sentido, há, inclusive, uma notificação da *Comisaria Especial del Vaupés* (Colômbia) ao governo brasileiro sobre atividades salesianas clandestinas em território colombiano (REPÚBLICA DE COLOMBIA, 08/05/1936). O diretor da missão de Iauareté respondeu ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil informando que a presença salesiana em terras colombianas não objetivava recrutar populações indígenas para o território brasileiro, mas apenas prestar assistência religiosa, e que essa excursão havia sido comunicada ao responsável pela aduana colombiana de Yavareté. Em defesa do trabalho missionário, os salesianos aproveitaram para denunciar ao governo federal a atuação ilegal de colombianos em território brasileiro: “desde algum tempo, uns elementos colombianos, felizmente mui reduzidos, mal sofrem em ver a Missão Salesiana nestas regiões, que foram campo de explorações e crueldades praticadas contra os nossos índios, e que felizmente a missão salesiana, com seu prestígio moral e com a sua constante e prudente vigilância, alcançou eliminar” (MSI, 27/07/1936)<sup>6</sup>.

Posteriormente, a versão segundo a qual a presença de salesianos em território colombiano era do conhecimento das autoridades colombianas foi confirmada pelo encarregado da aduana de Yavareté (REPÚBLICA DE COLÔMBIA, 28/07/1936). Todavia a *Comisaria Especial del Vaupés* notificou os salesianos exigindo que autorizações dessa natureza deveriam ser encaminhadas para aquela repartição (REPÚBLICA DE COLÔMBIA, 03/10/1936). Situações como essas evidenciam o fato de que, para todos os efeitos, a ausência do governo brasileiro na área de fronteira deixava as populações nativas em situação de completo abandono frente aos predadores da cultura e da mão de obra indígena.

Em relação à **situação de contato das populações indígenas** com os brancos, os relatos do SPI, de 1928, informam que *caucheros* arrancaram e atearam fogo no marco geodésico colocado pelas autoridades brasileiras em Japu-Cachoeira, à margem direita do rio Papuri, além de ameaçar e destruir os pertences das famílias ali residentes (SPI, 27/02/1928). Segundo o Relatório do SPI (1930/1931), os maiores inimigos e perseguidores dos indígenas eram os *caucheros* colombianos, os quais lançavam mão da violência física contra os nativos, inclusive com o uso de armas de fogo, e contavam tanto com a conivência de autoridades da Colômbia quanto com a ausência de autoridades brasileiras na área de fronteira para a prática de toda sorte de abusos, dentre outros, o rapto das moças, obrigar as mulheres a serem concubinas e o recrutamento forçado da mão de obra indígena masculina para a extração do *caucho*.

---

<sup>6</sup> Doravante MSI.

Nesse período, era corriqueiro as terras das populações indígenas serem usurpadas por *caucheros*; em alguns casos, os nativos impuseram derrotas aos colombianos revidando com violência às agressões sofridas (SPI, 21 e 28/02/1932; 13 e 14/03/1932)<sup>7</sup>. A truculência atingiu um nível tão alarmante que, ao menor sinal de aproximação das embarcações dos brancos, os indígenas fugiam para as matas pensando tratar-se dos colombianos. A missão de Iauareté chegou a pedir providências ao interventor do Estado do Amazonas contra os abusos dos *caucheros* colombianos contra as populações indígenas do rio Uaupés:

A missão salesiana preocupada com o futuro dos numerosos índios de várias tribus que alcançou aldeiar nesses últimos annos em trinta e cinco localidades do Rio Uaupés, afluente do Alto Rio Negro, vem pedir à V[ossa]. Excia [Excelência] Ilma [Ilustríssima] garantias necessárias no sentido de serem respeitados os direitos que os índios sempre reclamaram sobre a borracha e outros productos contra o comércio invasor contra o qual luctaram inutilmente nos tempos em que a *Hevea Brasiliensis* tinha grande valor comercial (MSI, 23/07/1933)<sup>8</sup>.

Além da exploração da mão de obra indígena, outro flagelo que assolava as populações indígenas, decorrente do contato, eram as **doenças** de branco (malária, gripe), às quais os indígenas não tinham imunidade e, por isso, eram acometidos com grande facilidade, o que provocou grande mortandade e, conseqüentemente, acarretou significativa depopulação indígena em um curto período de tempo.

Correspondências da década de 1940 entre a *Comisaria Especial del Vaupés* (Colômbia) e a missão de Iauareté atestam que o Uaupés foi assolado por uma “crisis sanitaria verdaderamente alarmante” de paludismo, malária e verminose. Além do atendimento que se vinha realizando nas unidades de saúde de ambos os países, à base de quinina e vermífugos, as autoridades colombianas e os salesianos se concitavam a empreender uma campanha preventiva junto às populações indígenas, a qual implicava na eliminação dos focos de procriação de mosquitos (águas paradas) e na observância da higiene durante a preparação dos alimentos, além da introdução de novos

---

<sup>7</sup> O telegrama é de autoria do capitão Frederico Rondon, o qual, em 1928, estava a caminho de uma inspeção pelo Alto Rio Negro e foi endereçado ao general Cândido Mariano da Silva Rondon no Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> No ano de 1932, escreveu o diretor da missão de Iauareté sobre o contato das populações indígenas com os *caucheros*: “De tudo me parece que se pode tirar essas duas conclusões: 1ª - que os índios são convencidos que os Srs. [Senhores] Colombianos ocupam a terra que um dia era deles. Os antigos, dizem eles, não se lembram de ter visto um Colombiano no Uaupés, somente um certo dia (provavelmente depois do Tratado de 1907) apareceram alguns que foram aumentando até esta data. 2ª - Os Colombianos abusaram do Índio brasileiro, antes de nossa vinda [dos salesianos] ao Uaupés, desde Taraquá levavam pobres índios e índias. Assim que a passagem deles trazia terror em toda parte” (apud RONDON, 1969, p. 244).

hábitos tais como a disseminação do uso de fossas assépticas, a interrupção da utilização do adubo fecal nas plantações e o uso de calçados (REPÚBLICA DE COLÔMBIA, 19/08/1941).

O contexto acima descrito exerceu influência sobre o empreendimento missionário. O cacique Leopoldino, por exemplo, não gostou da construção da Missão à esquerda do Uaupés, em razão da divergência entre setores da igreja e SPI, pois ela ficaria na margem oposta à da sua maloca:

O ajudante incansável em tudo era o cacique Leopoldino [...]. Em tudo ele apoiou os missionários, só não gostou que a missão foi levantada na margem esquerda do Rio. Só muito mais tarde que o Pe. Casimiro Beksta descobriu o motivo. Na tribo dos Tariana há muitas subdivisões. Leopoldino e o seu grupo eram do primeiro grupo... Os Tarianos que vivem na margem esquerda pertencem à 4ª, 5ª e 6ª categoria. O fato de os missionários terem escolhido para a sua residência os Tarianos de categoria inferior, não agradou o cacique Leopoldino que nunca aceitou isso, e os missionários por sua parte, naquele tempo da fundação da missão, também não conheciam esse tipo de relacionamento dos índios entre si. (KNOBLOCH, 1989).

A localização da missão foi encarada com descontentamento pelo líder dos Tariana, provavelmente por ele vislumbrar nesse fato um indício do enfraquecimento do prestígio pessoal e dos esforços empreendidos para a construção de alianças políticas que contribuíssem para pôr fim ao sistema de violência e exploração da mão de obra indígena, além da perda de oportunidades de usufruto dos possíveis benefícios advindos da proximidade com os missionários (serviços de saúde, escola). Por outro lado, o envio de missionários sem o mínimo de preparo em relação às culturas indígenas (*“não conheciam esse tipo de relacionamento dos índios entre si”*) e, mais grave ainda, a intolerância e a truculência contra estas, estiveram na raiz dos equívocos da ação missionária no rio Negro.

Antes, porém, da instalação definitiva dos salesianos em Iauareté, Curt Nimuendaju, em 1927, realizou uma viagem pelo Alto rio Negro em nome do SPI, ocasião em que constatou a deterioração das relações entre índios e brancos, afirmando que, devido ao processo de escravidão a que foi submetido, o índio via o civilizado como seu algoz implacável, o qual só por conveniência disfarçava a sua natureza de fera (NIMUENDAJU, 1982).

Por esse motivo, o índio recusava o contato com o branco e, quando se aproximava deste, o fazia com medo da violência, da coerção ao trabalho forçado e desconfiado de ser enganado nas transações econômicas. O maior defeito dos índios, segundo Nimuendaju, era a exagerada mansidão que impedia, salvo raras exceções, a reação nativa contra os abusos praticados pelos brancos, tais como o incêndio das malocas, arregimentação dos homens para trabalho na seringa, pancadarias aos devedores, destruição das propriedades,

molestamento sexual das mulheres e moças - atos praticados corriqueiramente por brancos colombianos e brasileiros.

Para Nimuendaju, a ação do SPI era prejudicada pela escassez de verbas e pela ação de agentes inidôneos, os quais estavam mais interessados nos lucros particulares, oriundos do ciclo da borracha, do que na situação dos índios. O etnólogo considerava supérfluas as nomeações de delegados para cuidar dos caboclos do Rio Negro e sugeria uma maior fiscalização dos rios Içana-Aiari bem como a criação de um posto em Iauareté pelos seguintes motivos: 1) a densidade populacional indígena; 2) inibir a ação violenta dos balateiros colombianos; 3) a impossibilidade de construir um posto acima de Iauareté devido ao trecho encachoeirado; 4) barrar a intolerância religiosa e cultural dos salesianos.

Ainda em relação ao SPI, Nimuendaju afirmava que o órgão deveria dar as condições necessárias para os delegados desempenharem com independência a defesa dos direitos dos índios, de modo a não necessitarem recorrer às alianças com comerciantes ou missionários, como vinha ocorrendo, sob pena da ação da instituição governamental ficar desmoralizada diante dos índios.

A importância do texto de Nimuendaju para o nosso estudo é que, em 1927, os salesianos já estavam atuando no Rio Negro há mais de uma década, circunstância que possibilitou a ele fazer uma avaliação da ação missionária. Ao se referir às missões, o etnólogo fez uma análise crítica e equilibrada da atuação salesiana. Dentre os pontos favoráveis, destacou que os missionários não empregavam violência física contra os índios, impediam e libertavam os índios “sacados” à força para o trabalho forçado e, finalmente, pagavam melhor os serviços e os gêneros indígenas, a ponto de enfraquecerem o comércio dos regatões, pois os índios se recusavam a trabalhar e comercializar seus produtos por preços inferiores aos praticados pela Missão. Nimuendaju (1982, p. 188), afirma que

Não resta, porém, a menor dúvida de que a Missão traz um grande número de benefícios para os índios e das quatro calamidades que peçam [sic] sobre eles: colombianos, negociantes brasileiros, delegados egoístas e missionários intolerantes, estes últimos sejam ainda mais facilmente suportáveis: porque o índio na missão não está debaixo de tiranos, mas somente de tutores [...] forçoso é reconhecer que numa zona onde o índio só recebe ultrajes de todos a Missão Salesiana representa enorme vantagem para este.

Em relação às críticas ao trabalho missionário, afirmou que os salesianos “se julga[va]m senhores absolutos da situação” e que eram incapazes de valorizar uma cultura que não fosse a cristã, obrigando os índios à conversão religiosa. Essa postura intolerante dos missionários, alicerçada na violência psíquica, justificava, na ótica salesiana, uma catequese baseada na desmoralização das tradições autóctones como o culto aos ancestrais, a derrubada

das malocas e a formação de povoados com casinhas arruadas em torno da missão, de modo a garantir a fiscalização a fim de atingir os objetivos missionários. Nimuendaju (1982, p. 189) concluiu seu relatório apontando as causas do fracasso evangelizador:

A ignorância e o desprezo do missionário pela cultura intelectual do índio é uma das causas do fracasso da conversão deste. O índio pede batismo, isto é pura verdade, mas não porque compreendesse o alcance desse símbolo cristão, mas porque vê nele um ato mágico de grande eficiência, tanto que ele já fica satisfeito se qualquer leigo o executa, sendo numerosos os casos em que nesta viagem pediram a mim o batismo, mesmo na zona já percorrida pelos padres. A ânsia destas pobres almas pelo batismo não é, portanto, um fenômeno tão edificante como os missionários querem fazer crer.

Após destacar os principais tópicos do relatório de Nimuendaju, gostaríamos de retomar dois aspectos que consideramos interligados pela estratégia de territorialização e que estavam subjacentes à visão do etnólogo. O primeiro deles dizia respeito à expansão da territorialização do SPI para o Noroeste Amazônico com a finalidade de “pacificar” e oferecer “proteção fraternal” às populações indígenas ao passo que o segundo, atuando no *front* externo, estava mais voltado para a *concorrência* com a Igreja a respeito da “questão indígena”. Nesse sentido, os agentes do SPI pleiteavam maiores recursos do governo brasileiro para criar condições de ocupar os espaços que até então estavam sendo preenchidos pelos missionários, católicos ou reformados, e, especificamente, no dizer de Nimuendaju, “barrar a intolerância religiosa e cultural dos salesianos”. Os missionários, por seu turno, reivindicavam a legitimidade de sua atuação.

Um ano após a inspeção de Nimuendaju, portanto, em 1928, uma Comissão de Inspeção de Fronteiras registrou os preparativos da instalação da missão de Iauareté<sup>9</sup>. Junto com os elogios sobre o trabalho missionário em São Gabriel da Cachoeira, Taracua e Barcelos<sup>10</sup>, a comissão percebeu a influência deletéria da ação salesiana sobre as populações indígenas do baixo Uaupés e, em comunicação interna ao SPI, assim se expressou reportando-se reservadamente ao general Cândido Mariano da Silva Rondon, o chefe da dita comissão:

[...] a influência dos padres salesianos fazia-se sentir em todo o baixo Uaupés, [...] cujas povoações estavam sendo reconstruídas segundo

---

<sup>9</sup> Uma síntese das informações colhidas pelo marechal Boanerges Lopes de Sousa foi apresentada no 9º Congresso de Geografia, em 1942, e, em seguida, publicada no livro *Índios e explorações geográficas*, de 1955. A publicação completa do relatório foi feita em 1959 sob o título *Do rio negro ao Orenoco: a terra - o homem* (SOUSA, 1959).

<sup>10</sup> Em cartas pessoais dirigidas ao prelado Pedro Massa e ao Pe. Giovanni Marchesi, datadas de 25/07/1930 e 08/08/1930, respectivamente, o major Boanerges reafirma o honroso conceito que tem sobre a obra dos missionários e a gratidão pelo apoio recebido para a realização da Inspeção.

planos estabelecidos pela Missão [de Taracuí]. As antigas malocas foram demolidas, levantando-se em sua substituição uma igreja e casas de pau a pique, a feição das dos civilizados. Para as ditas obras os padres fornecem as necessárias ferramentas. Nada menos de 15 povoações estão sendo renovadas... Um dos núcleos resiste ainda à ação demolidora dos padres: é a grande maloca 'Cigarro'... (BRASIL, 1928).

Nesse mesmo ano da inspeção, os salesianos se instalaram em Iauareté, para dirigir os trabalhos de construção da missão e a formação do povoado. A antiga estratégia da fixação das populações indígenas foi fundamental para a consecução dos objetivos salesianos. O Pe. Marchesi e o leigo Giovanni Colombo se alojaram em uma maloca e, com o concurso da mão de obra indígena, ordenaram a limpeza do porto, a abertura de uma estrada e a construção da residência missionária. A missão de Taracuí, no baixo Uaupés, serviu como base de apoio ao empreendimento salesiano de Iauareté. Daquela missão, vários ex-alunos Tukano foram recrutados para trabalhar e ensinar os Tariana na alfaiataria e na carpintaria “para dar bom exemplo aos índios [de Iauareté]”, dizia o Pe. Marchesi (MSI/CRÔNICAS, 04/1929).

Os salesianos tinham pressa em construir a residência missionária, uma vez que não consideravam a vida comum na maloca adequada para a moralidade cristã e atribuíam o atraso dos trabalhos ao nativo, o qual, segundo os missionários, “[...] é assim difícil, pouco adaptável aos trabalhos, desconfiado e pouco contentável” (MSI/CRÔNICAS, 13/04/1929). Todavia, com menos de um mês de trabalho dos índios os missionários podiam se regozijar: “finalmente estamos em nossa casa. Está pronta a primeira casa das Missões de apenas 14mx6m suficientes para as necessidades atuais” (MSI/CRÔNICAS, 21/05/1928).

Os trabalhos prosseguiram com a preparação de aterros, desmatamento e limpeza do terreno para a formação do povoado. Em fins de 1929, já haviam sido iniciados a construção das escolas, da igreja, a ampliação da residência dos missionários, o abrigo para os internos, os campos de cultivo, a construção das casas, enfim, estava em andamento toda a infraestrutura para o funcionamento da missão e do povoado. A partir de 1930, o grupo missionário foi reforçado pela chegada das freiras salesianas.

A formação do povoado implicou na derrubada das malocas, segundo a informação salesiana: “também em São Miguel [a missão de Iauareté] **caiu a grande maloca**, substituída por bem alinhadas casas, tantas quantas são as famílias” (BS, maio/jun. 1930, p. 78-79)<sup>11</sup>. Os missionários combateram a

<sup>11</sup> Desde 1921 os salesianos haviam adotado o mesmo procedimento contra as populações indígenas do baixo Uaupés: “Os trabalhos de construção já foram começados [em Taracuí]; deste modo em lugar de grandes **malocas**, centros de **corrupção e orgias** contínuas fabricaremos pequenas casas ao redor da nossa residência, as quais estarão continuamente sob a vigilância do missionário” (BS, maio/jun. 1927, p. 90, grifos nossos).

construção das malocas sob a alegação de falta de higiene e da insalubridade, avaliação oposta à opinião de outros viajantes que anteriormente percorreram a região<sup>12</sup>. Na realidade, as malocas foram proibidas por razões morais, religiosas, sociais e culturais, ou seja, elas eram encaradas pelos missionários como a “casa do diabo” (por causa dos rituais realizados em seu interior) e um ambiente de grosseiro comunismo e de devassidão sexual.

A alegação sobre a devassidão sexual era inverídica, pois, segundo os preceitos culturais, as pessoas que moram numa mesma maloca pertencem a um grupo de descendência patrilinear, portanto, consideram-se “irmãos”. Em vista desse pertencimento, o qual é regulado pelo princípio da exogamia linguística (ou seja, o cônjuge é alguém que fala uma língua diferente), os “irmãos” são impedidos de coabitar entre si, razão pela qual os salesianos estavam completamente equivocados a respeito da suposta promiscuidade sexual. A última maloca a ser derrubada no território brasileiro foi a dos Tuyuka, em 1961. As malocas foram substituídas por casas nucleares ao redor da Missão.

Com a sedentarização forçada, a vida da população indígena passou, então, para o controle dos salesianos, o que não teria sido possível se os índios continuassem dispersos. Assim, toda a dinâmica social e a ordenação espacial da população começaram a ser pautadas pelo ritmo das Missões, especialmente pelo calendário escolar e religioso, em detrimento da organização social nos moldes tradicionais. Nesse sentido, o programa de conversão e civilização estabelecido pelos salesianos consistia em: “1º [...] abandonar a maloca, lugar que por sua natureza torna-se de corrupção, para que cada qual viva em sua casa própria; 2º no desistir das orgias periódicas com as inevitáveis bebedeiras; 3º no realizar o matrimônio sem o rapto<sup>13</sup> violento da esposa, mas de comum acordo; 4º no participar a missa dominical” (BS, nov./dez. 1930, p. 181).

Em síntese, essas normatizações visavam apagar as tradições sócio-culturais, tais como as casas comunais, as festas de convivialidade (cachiri) e de reciprocidade (dabucuris), as manifestações religiosas autóctones e impor os valores e costumes cristãos e ocidentais, a saber, as residências monofamiliares, o casamento cristão e as práticas religiosas do catolicismo.

---

<sup>12</sup> Dentre outros, Wallace (1979), Stradelli (2008).

<sup>13</sup> Segundo Sõaliã (2001), o rapto era cercado de ritual e consistia em pegar a futura esposa à força. Uma das formas de rapto consistia em o jovem pretendente e seus amigos irem, à noite, à aldeia da moça enquanto a maioria dos moradores estivesse dormindo, e apenas os anciãos permanecessem acordados. Após o rapaz informar ao pai que viera buscar a moça, os amigos agarravam a jovem, a qual era levada pelos raptos no meio da briga generalizada, sob os protestos dos moradores. Se a mulher aceitasse o raptor como marido, a primeira parte do ritual estava consumada. Caso contrário, ela voltava para a aldeia dos pais. A conclusão da ritualística do rapto ocorria após uma lua, ocasião na qual o marido, acompanhado da esposa, visitava o sogro levando-lhes presentes a fim de mostrar sua capacidade de homem trabalhador. Sabendo que a filha aprovava o marido dela, o pai recebia os presentes e comemorava o casamento junto com os parentes e os vizinhos.

No desenvolvimento de seu programa de conversão religiosa e civilização, as Missões Salesianas protagonizaram alianças e disputas pelo poder com o órgão indigenista brasileiro (SPI) e com as missões religiosas do território colombiano (Montfortianos).

## **2 Missões Salesianas e SPI: alianças e conflitos**

No âmbito da aliança Igreja/Estado, não obstante as divergências pontuais, as decisões e as ações relativas aos povos indígenas eram negociadas entre a hierarquia eclesiástica e a elite política estadual, como nos revela a carta do diretor da Missão de Iauareté à 1ª Delegacia Regional do SPI (Amazonas e Acre) na qual se explicita essa aliança. Diz a carta: “a voz lhe prometi que aqui colaboraria fraternalmente com os Encarregados dos Postos, especialmente com o vizinho de casa [Posto de Iauareté], o Snr. José Severiano. Não retiro a minha promessa, porém, este que posso chamar de um compromisso que assumi diante de V.[ossa] S.[enhoria] me se tornou nestes dias muito pesado e difícil” (MSI, 01/1946).

Segundo o missionário, as dificuldades para manter a “colaboração fraternal” residiam no fato de que as Missões foram atacadas pelo encarregado do posto de Iauareté, ou seja, a conciliação pelo alto firmada entre as missões salesianas e certos segmentos do governo federal não impediu a ocorrência de disputas de poder pelo controle social e territorial das populações indígenas. A origem de tais conflitos remonta à proclamação da República, pois os defensores dos ideais republicanos propugnavam que os valores associados à Monarquia deviam ser afastados do novo regime, dentre eles a forte ingerência eclesiástica na vida pública<sup>14</sup>. Em relação à questão indígena, o SPI defendia a “civilização” do índio sem o concurso da religião, como atesta a carta do Marechal Cândido Rondon ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, ministério ao qual o SPI estava subordinado:

Sou contrário à educação ministrada pelas Missões teológicas, católicas ou protestantes, como prejudicial à formação viril do caráter do Selvagem. Em geral, cuidam os Padres, católicos ou protestantes, de dar ao índio a convicção de que eles devem ser tementes a Deus e só a ele ter o prazer de servir. Em vês de aproveitar a altivês expontânea do índio, fortalecendo as suas qualidades militares, a educação missionária, trata especialmente de crear no índio o espírito místico de humildade mediante rezas e devoções esterilizantes. Em vês de um indivíduo de

---

<sup>14</sup> O Museu do Índio/RJ, mantido pela Fundação Nacional do Índio/FUNAI, possui abundante material microfilmado e impresso a respeito dos conflitos entre as Missões Salesianas do Mato Grosso e os agentes do Serviço de Proteção ao Índio/SPI. Dentre os livros publicados, citamos Bandeira (1923).

cabeça levantada à incorporar-se à Sociedade, o Padre apresenta a ela um ser abatido, de espírito móle, degenerado da ativês da Raça que os conquistadores não puderam dominar como o fizeram com a africana. O regime que preconizamos, de evolução mental natural, sem nenhuma pressão sistemática sobre sua alma, dará ao índio a capacidade de melhor aproveitar os dotes naturais da raça no que diz respeito às suas qualidades primordiais de caráter. Em consequência, melhores elementos para bem servir a Pátria no que ela mais precisa; guarda de suas fronteiras e respectiva defesa, ali encontraria o Exército! (SPI, 8/6/1939)

As consequências deletérias da ação missionária sobre o caráter do selvagem são, segundo Rondon, de um lado, a inculcação do temor perante o poder de Deus e, de outro, a criação de um “espírito místico de humildade”, condições fundamentais para a formatação de uma índole degenerada. Entretanto Rondon preconizava, a partir do ideário positivista da “evolução mental natural”, uma instrução que visasse às “qualidades militares” do homem indígena e que fosse isenta da pressão religiosa, voltada para o aprimoramento dos dotes naturais (altivez, habilidade guerreira), os quais, a seu ver, eram indispensáveis para o serviço da Pátria.

A visão laica de Rondon, em oposição ao método de conversão cristã, era consoante com a concepção positivista dos três estados (o teológico, o metafísico e o científico), de modo que competia às sociedades científicas conduzir as populações “atrasadas” rumo à civilização, ou seja, limitado pelo ideário comteano, Rondon não conseguia romper com a concepção que propugnava a incorporação do selvagem como elementos úteis à sociedade nacional, particularmente como guardiães das fronteiras.

Se, por um lado, tanto o SPI quanto a Igreja convergiam para o objetivo de “civilizar” o índio, colocando em ação uma série de dispositivos que visavam operar a transição de nômades errantes para trabalhadores nacionais, por outro, o SPI dispensava o concurso da religião, ao passo que a catequese era para a Igreja a razão mesma de ser de sua atuação junto aos povos indígenas.

Além dessa divergência fundamental, de matriz ideológica, havia questões práticas que fragilizavam a aliança entre a Igreja e o SPI, tais como (1) as terras indígenas, (2) o nacionalismo e (3) as relações das Missões Salesianas com a administração pública.

**Em relação à terra dos índios**, os salesianos, uma vez concluídos os acordos com os governos estaduais e a elite local, recrutavam a mão de obra indígena para o levantamento da infraestrutura da missão. Ao mesmo tempo, coagiam os governos estaduais sobre a concessão legal de terras sob o argumento de que, sem a garantia do título fundiário, a ação missionária ficava comprometida em sua estabilidade e independência. No Amazonas, os salesianos pressionaram o governador do Estado para que ele eliminasse as restrições que, porventura, a assembleia legislativa viesse a incluir na legislação

sobre a concessão de terras para as Missões do Rio Negro. A reivindicação salesiana junto ao governo estadual era de que a concessão de terras fosse “absoluta” pelo fato de que, na ótica salesiana, por um lado, a doação de terras em caráter definitivo se harmonizaria melhor com “os direitos adquiridos pelas Missões” e, por outro, evitaria que as instabilidades da política amazonense dificultassem a autonomia e a estabilidade da ação missionária.

Mesmo que não explicitassem quais “direitos adquiridos” estavam sendo reivindicados, pode-se supor que se tratasse tanto do respeito à liberdade religiosa assegurada pela Constituição de 1891, a qual vedava ao Estado “embaraçar o exercício de cultos religiosos” (§ 2º, art. 11), quanto dos serviços prestados pelas Missões aos povos indígenas. A desconfiança dos missionários em relação à legislação indígena era motivada pelo fato de que, no artigo 47 do Decreto 5.484, de 27/06/1928, por influência dos ideais positivistas, os legisladores garantiram a “livre iniciativa particular de catequese religiosa”, mas também atribuíram ao SPI a tarefa de fiscalizar a ação das igrejas, de modo que estas não ferissem os interesses dos povos indígenas brasileiros (apud LIMA, 2009).

A igreja católica reagia a esse controle estatal por entender que isto cerceava a liberdade religiosa. Dentre as tais restrições a que as Missões Salesianas se opunham, estava a concessão temporária das terras indígenas à Prelazia do Rio Negro e a proibição de pesquisa e exploração do subsolo, conforme defendiam alguns deputados estaduais. Para os missionários, a retirada desses empecilhos era uma questão de justiça, pois significava conceder às Missões Salesianas as mesmas “vantagens outorgadas [...] às Companhias [de mineração] que, em boa hora, [viriam] explorar o sub-solo amazônico” (COLÉGIO DOM BOSCO, 1930).

O governador do Estado respondeu afirmando que “tiveram as Missões do Rio Negro vastas concessões de terras que caducaram pelo inadimplemento de obrigações correspondentes” e que, em relação à estabilidade missionária, o chefe do executivo amazonense se diz tranquilo, tanto pelo “apoio moral que o povo amazonense e o seu governo [davam] à benemérita obra salesiana” quanto pela “larga, e muito merecida, subvenção orçamentária que lhe advém do governo federal”.

Afirma ainda que o Legislativo Estadual aprovou a lei de concessão de terras, mas “com ressalva, porém, de direitos quanto à pesquisa e exploração de sub-solo”. O governador conclui a carta dizendo que “motivos terrenos, de sub-solo, não lograriam abalar, em seus profundos alicerces cristãos, a magnífica obra espiritual e moral das Missões Salesianas” (AMAZONAS..., 21/08/1930).

A despeito das restrições em relação ao subsolo, as Missões Salesianas obtiveram êxito em sua reivindicação, pois os terrenos foram concedidos para

as Missões de São Gabriel da Cachoeira, Taracuí e Iauareté (DOE, 01/09/1933). Contra esse procedimento das Missões Salesianas, levantou-se o SPI, indagando: “é bem provável que a esses quinhões, se tenham vindo juntar outros que, pelo preço, nenhum mal causam à Missão! Pois não estão lá o Educandário e o Hospital para atestar a sua benemerência e pagar os benefícios territoriais do Governo Amazonense?” (SPI, 8/6/1939). A constituição de um patrimônio material próprio, em nome da Igreja, segundo Miceli (2009), era um quesito de primeira ordem na estratégia da Igreja em relação à construção de sua autonomia face ao Estado.

Associado à posse da terra como elemento indispensável para a construção da independência das Missões diante do Estado, o Prelado do Rio Negro fazia lobby junto às autoridades da capital federal para que a legislação referente aos índios não prejudicasse as Missões Salesianas. Leiamos Dom Pedro Massa:

Espero tenha recebido a minha carta e desde já agradeço quanto tiver podido fazer junto do Exm<sup>o</sup> Senhor Ministro [da Agricultura, Indústria e Comércio] para facilitar no novo Regulamento dos selvícolas, as possibilidades e a liberdade das missões Católicas, que o Snr. Ministro prometeu defender, sendo porém possível que na última hora apresentem os do Conselho Indígena [Conselho Nacional de Proteção ao Índio] dispositivos sectários e perturbadores<sup>15</sup>. Agradeço penhoradíssimo quanto o Dr. fizer para garantir as obras de real merecimento existente nas matas brasileiras, fruto da ação perseverante dos missionários. Tivemos que regressar de nossa viagem por causa de uma incursão hostil dos Índios Jauaperys, aos quaes procuramos agora levar instrumentos agrícolas e outros objetos úteis para a sua pacificação. Espero em Deus regressar desta minha viagem em fins de Julho, seguindo logo depois para aí [o Rio de Janeiro]. Conto chegar ainda em tempo para obter pela sua preciosa interferência junto ao Exm<sup>o</sup> Snr. Ministro, mais algum material agrícola, pois o que levei está sendo distribuído nas missões e nos povoados indígenas. Peça pois ao nosso bom amigo e protetor se interessar para que seja reservada uma parcela da verba competente para este fim. Precisa ver com que alegria e gratidão estes pobres caboclos recebem os instrumentos que o Snr. Ministro lhes mandou, devendo nós este grande favor à amizade e prestígio do nosso bem e inesquecível amigo. Gratíssimo por tudo, peça a Deus queira cumulá-lo com a abundância de suas graças e bênçãos extensivas a todos os seus. (PRELAZIA, 28/05/1940).

Sendo a carta acima de 1940, é provável que a preocupação e a desconfiança do Prelado a respeito dos “dispositivos sectários e perturbadores” se referisse à reformulação em andamento do Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios, de 1936, o qual ratificava o controle da ação da igreja,

---

<sup>15</sup> O Conselho Nacional de Proteção de Proteção aos Índios foi criado em 1939 (Decreto-Lei 1.794, de 22/11) no âmbito do Ministério da Agricultura.

particularmente quanto à atribuição do SPI de vigiar o “modo como os índios [eram] tratados nos estabelecimentos públicos ou particulares, leigos ou religiosos” e, especialmente, “não permitir a imposição de serviços, religião, ensino e aprendizagem”<sup>16</sup> por parte da ação missionária. O novo Regimento do SPI entrou em vigor em 1942<sup>17</sup> e, consoante com a Constituição de 1937, não alterou significativamente os dispositivos sobre a liberdade religiosa.

Outro aspecto do conflito SPI/Missões Salesianas foi o **nacionalismo e o estrangeirismo**. A eclosão, na década de 1930, de movimentos nacionalistas pelo mundo (nazismo, fascismo, franquismo, salazarismo) teve repercussões nas Missões Salesianas no Brasil. Pelo fato de a Ordem Salesiana ser de origem italiana, e em virtude das alianças políticas e militares entre a Itália e a Alemanha no contexto dos preparativos da Segunda Guerra Mundial, a desconfiança dos nacionalistas brasileiros recaiu sobre a italianidade e a germanidade dos missionários estrangeiros, em geral, e dos filhos de Dom Bosco, em particular.

Nesse sentido, desde 1936, o Regimento Provisório do SPI<sup>18</sup>, facultava que somente os brasileiros natos podiam exercer funções educativas e de caráter nacional junto às populações indígenas e que as agremiações estrangeiras instaladas nas fronteiras, como era o caso das missões salesianas, deveriam obedecer às normativas do governo e da legislação indígena.

No contexto do nacionalismo, o regime fascista de Mussolini (Itália) intensificou a campanha junto aos emigrados para reintegrá-los à vida cultural italiana e, segundo Ferreira (s.d., p. 11), “os salesianos do Mato Grosso deixaram-se levar por aquela campanha e promoveram festas italianas que irritaram extremamente as autoridades brasileiras”.

A repercussão dos fatos ocorridos em Mato Grosso atingiu as Missões do Rio Negro, pois, segundo Ferreira (s/d), o governo brasileiro passou a presionar os salesianos para que, pelo menos, a metade do pessoal missionário no rio Negro fosse brasileiro. Em 1938, o governo Getúlio Vargas enviou uma Comissão de Inspeção de Fronteiras a fim de verificar se as Missões Salesianas promoviam o nacionalismo entre as populações indígenas, ou seja, segundo os salesianos, a Comissão veio para “aquilatar a sinceridade das intenções dos filhos de Dom Bosco no que diz respeito à brasilidade dos sentimentos com que eles educam a mocidade das fronteiras” (Leituras Católicas, 1941, p. 65-66). As declarações do chefe da Comissão atestam que, quanto ao civismo, os missionários eram fiéis ao governo de Getúlio Vargas (MSI/CRÔNICAS, 30/05/1938).

<sup>16</sup> Art. 2(e) e art. 18(d) do Decreto 911/36, de 18/06/1936, nos termos do art. 47 do Decreto n. 5.484/28, de 28 de junho de 1928 apud Lima (2009).

<sup>17</sup> Decreto 1.0652/42, de 16/10/1942, apud Lima (2009).

<sup>18</sup> Artigo 44 do Decreto 911/36, de 18 de junho de 1936, apud Lima (2009).

Em Iauareté, a Comissão foi saudada no porto com a banda de música composta por alunos internos. Ouçamos o Pe. Ezequiel Lopes, o qual foi escalado para o discurso de acolhida aos militares:

Excias Illmas [Excelências Ilustríssimas]. Há muito que desejávamos uma visita as nossas missões e finalmente vemos satisfeitos os nossos desejos. Os desejos são justos porque o que dizem e até escrevem nos jornaes é tudo contra nós e a defesa que nós temos é a prova ocular. De visu poderão ser testemunhas do trabalho que fazem esses frades, que talvez não seja somente fazer beatos e beatas, mas brasileiros que amam a nossa pátria. Nossa pátria porque brasileiro também eu sou e embora seja parte interessada porque salesiano, contudo posso dizer que nas missões do Rio Negro a pátria está em primeiro lugar. Seu nome é bem conhecido também as diversas vicissitudes porque passa, o nome de seu chefe é-nos quase familiar. São estrangeiros que também trabalham aqui, mas não medra o estrangeirismo. São estrangeiros que procuram satisfazer a vontade do próprio pai São João Bosco que ordenou a seus filhos de conformarem-se aos costumes das terras onde fossem e procurassem obedecer aos seus chefes. O salesiano é filho da terra em que trabalha. Se trabalha na China é chinês; se trabalha na Etiópia é Abissínio; se trabalha no Brasil é brasileiro. (MSI/CRÔNICAS, 28/05/1938).

O primeiro aspecto que destacamos no discurso salesiano é, por um lado, a tentativa de rebater as críticas que se avolumavam sobre a ação missionária e, por outro, mostrar aos emissários do governo que as ações missionárias não se limitavam à propaganda católica, mas também buscava inculcar nos nativos o amor à Pátria, ou seja, civilizá-los. O segundo argumento refere-se ao binômio nacional *versus* estrangeiro, ou seja, os salesianos buscavam contestar as denúncias de que as Missões promoviam os costumes dos países de origem dos missionários, particularmente a Itália, em detrimento das culturas locais e, para dar mais veracidade ao discurso nacionalista, o diretor da missão de Iauareté, italiano de nascimento, declinou da prerrogativa hierárquica de saudar a comissão governamental, passando-a para outro sacerdote de nacionalidade brasileira<sup>19</sup> com o fim de, por um lado, desmentir a falta de patriotismo, o estrangeirismo e, por outro, assegurar a aliança missionária com as autoridades governamentais (“obedecer a seus chefes”), ou seja, que nos escopos dos salesianos a pátria estava em primeiro lugar.

O nacionalismo evocado era uma forma de contrapor o fato de que a maioria dos missionários salesianos na região do Rio Negro era estrangeira. O estrangeirismo missionário exaltou os espíritos nacionalistas, a ponto de o SPI considerar perigosa a presença de estrangeiros na fronteira brasileira. Essa situação se tornou mais sensível com a eclosão da II Guerra Mundial, especialmente contra os missionários alemães os quais foram acusados pelo

<sup>19</sup> Pe. Ezequiel Lopes era natural de Salvador, BA.

SPI de constituir a “nefasta Grande Província Religiosa Alemã do Brasil”. Para o SPI, os missionários estrangeiros não contribuíam para a nacionalização e a educação cívica dos índios, mas que, em alguns casos, agiam em sentido contrário (SPI, 08/1941).

Para quebrar a hegemonia salesiana, o SPI admitia, com reservas, o ingresso no Brasil de missionários evangélicos norte-americanos para reforçar a escola Batista de Iucabi, próximo à São Gabriel da Cachoeira, onde era oferecido ensino elementar até a 4ª série em regime de internato, desde o final da década de 1930.

Além das alianças político-militares do Brasil com os Estados Unidos, o SPI via mais vantagem no método educacional idealizado por John Dewey (1859-1952), conhecido como **Escola Ativa**, o qual, segundo Hilsdorf (2005), era baseado na construção social do conhecimento, na noção de verdade relacionada à experiência, na educação centrada no pensamento reflexivo e científico e na capacidade de raciocínio crítico do aluno. O SPI acreditava na inferioridade do método católico, pois, para o órgão indigenista, “é bem sabido que o método educacional norte-americano, com sua lhanza de trato, com sua escola ativa imprimem no espírito infantil mais alegria, mais confiança, mais personalidade do que os métodos arcaicos das Missões católicas européias” (SPI, 1943).

O terceiro motivo das disputas SPI/Missões referia-se à **prestação de contas das missões salesianas** à administração pública, a qual, devido ao recebimento de subvenções, deve ser entendida como uma modalidade operacional das relações entre o Estado e a Igreja. Nesse sentido, com base na proibição da subvenção de cultos religiosos (Constituição de 1891), a Constituição Federal de 1934 vetou à União, aos Estados, ao Distrito Federal e às municipalidades “ter relação de aliança ou dependência com qualquer culto ou igreja”, mas a independência do Estado se daria “sem prejuízo da **colaboração recíproca** em prol do interesse coletivo” (III, art. 17). Nesse sentido, Costa (2001, p. 229) identifica a subvenção das missões religiosas em dois dispositivos da Constituição do Estado do Amazonas:

Um dos dispositivos da Constituição do Estado do Amazonas de 1935 atribuiu ao Governador do Estado o desenvolvimento do ‘trabalho de civilização de índios, imigração e colonização’, na possibilidade, relativamente ao primeiro, de ‘utilizar os serviços das missões religiosas’ (29, art. 65). O outro, no título da educação, ‘o Estado promoverá a criação de escolas primárias e normais rurais, podendo quanto a estas entrar em ajuste com as missões religiosas do interior’ (art.152).

Na capital do Estado, a colaboração recíproca entre o governo do Amazonas e as missões religiosas era operacionalizada da seguinte maneira: “os estabelecimentos de ensino dirigidos pelas missões religiosas possuíam escolas anexas ou cursos noturnos, atividades educativas e culturais para

atendimento da população carente, em troca de subvenções do governo” (Costa, 2001, p. 227). No rio Negro, não se tratava apenas de escolas anexas, pois as escolas missionárias eram as únicas existentes, com exceção das sedes municipais, e, por isso, a quase totalidade das atividades missionárias contava com grande aporte de recursos dos cofres públicos.

As arrecadações conseguidas na capital federal eram despachadas pelo navio da Companhia Lloyd Brasileiro, o qual partia do Rio de Janeiro até chegar à cidade de Manaus, incluindo em sua carga o transporte gratuito das mercadorias (material escolar, equipamentos agrícolas, vestuário, alimentos, remédios) para as missões salesianas (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 30/04/1953). A respeito das subvenções, afirma Dom Pedro Massa:

[...] o governo federal do Brasil, especialmente o ilustre Presidente Dr. Arthur Bernardes [1922-26], pessoa de vasta cultura e de admirável firmeza, tem sempre protegido e ajudado a ação dos filhos de Dom Bosco naquela região [amazônica]. O apoio que o governo nos dá é deveras precioso e eficaz, e se mais não faz é porque impecilhos de força maior vê[m], às vezes, contrariar-lhes os generosos intentos. Pela valiosa proteção que nos dispensa, merece sincero e público elogio o governo do Brasil, máxime o seu Augusto Chefe, o ilustre Presidente Dr. Arthur Bernardes e os seus Ministros. Desejaria [...] notar as ótimas relações entre Igreja e Estado, no Brasil, porque nisto se vê claramente as boas intenções dos dirigentes do País (BS, maio/jun. 1925, p. 84).

A separação oficial entre a Igreja e o Estado, a partir da proclamação da República, e a consequente proibição aos Estados e à União de subvencionar o exercício de cultos religiosos, não impediu a realização de acordos políticos entre a esfera pública e a privada, mediante os quais a Igreja continuava a receber “proteção”, “ajuda”, “apoio” dos cofres públicos. Todavia, a antiga aliança trono-altar (Padroado) não desfrutava mais do consenso entre os agentes governamentais que passaram a compor a máquina governamental republicana, como se depreende da afirmação, segundo a qual o chefe do executivo federal via-se na contingência de impor sua “admirável firmeza” em continuar subvencionando a Igreja, e, se mais não fazia, era porque, segundo o Prelado, os “impecilhos de força maior” lhe contrariavam as generosas intenções.

Os defensores dos ideais republicanos propugnavam que os valores associados à Monarquia deviam ser afastados do estado republicano, dentre eles, a forte interferência eclesiástica na vida pública. A divergência ideológica entre SPI e Igreja em nada autorizava a falar em “ótimas relações entre a Igreja e o Estado”. Além da doação de terras e mercadorias, os governos federais da primeira metade do século XX e, subsidiariamente, os governos estaduais garantiram os subsídios governamentais em dinheiro para as missões salesianas.

Ainda em relação à prestação de contas, o SPI denunciava o procedimento das Missões Salesianas (“pensionista caríssima [ao] governo brasilei-

ro”) junto à administração pública, lançando dúvidas sobre a aplicação das subvenções governamentais e sobre a veracidade das prestações de contas feitas ao governo brasileiro. Em relação à prestação de contas de 1931, o SPI afirma que “é bem verdade que esses crimes, verificados, da Missão Salesiana, ficaram sem o menor corretivo, judicial ou administrativo, mas provam exuberantemente, no julgamento de quem quer que seja, a falta de compostura e de idoneidade dos membros representativos dessa congregação religiosa, que tão grosseiramente procuram iludir o Governo nas suas generosas disposições a respeito dela” (SPI, 8/6/1939).

Esses embates no plano nacional sobre as terras indígenas, o estrangeirismo e a prestação de contas ocasionaram inúmeros conflitos locais que vieram à tona na forma de difamações, cobrança de dívidas, denúncias, as quais eram motivadas pela reivindicação de legalidade e legitimidade do controle territorial e social sobre os povos indígenas. As correspondências consultadas entre as Missões Salesianas e os Postos Indígenas (Iauareté, Papuri e Querari) revelam que, em relação às cobranças de dívidas, essas diziam respeito aos materiais e produtos que as Missões Salesianas forneciam aos postos indígenas, e não o contrário, para atender as necessidades dos Encarregados, o que nos leva a afirmar que os salesianos dispunham de maior estrutura física, pessoal e recursos financeiros que os agentes do órgão indigenista oficial.

Essa disparidade de estrutura era explorada pelos salesianos a seu favor e deixava os encarregados dos postos em situação de dependência face ao poder das Missões, inclusive, obrigados a submeterem-se à apuração de denúncias envolvendo a administração dos postos, conforme o encarregado do Posto Indígena do Papuri ao afirmar ao diretor da Missão de Iauareté que “como V.[ossa] S.[enhoria] tem ordem de fiscalizar os postos, vos pesso [sic] e incisto [sic] que venha inventariar o material deste [Posto]... o que é fácil de verificar-se pelos inventários em arquivo” (SPI, 20/08/1938).

A presença de uma Comissão de Inspeção das Fronteiras, em 1938, fez eclodir as disputas até então latentes pelo poder local. Após a inspeção, o encarregado do Posto Indígena do Papuri, escreveu ao diretor da Missão de Iauareté reclamando que este o havia denunciado para os membros da Comissão a respeito de exploração da mão de obra indígena e calote de dívidas. Afirma Alcides Rocha:

Com a maior surpresa acabo de saber por Mandu Portuguez que V. Ssa foi quem ensinou elle para queixar-se de mim ao Major [Tomás] Reis [membro da Comissão], assim como ao compadre Agostinho filho do tuchaua. O Sr. dissera que era bom botarem-me de aqui porque eu andava com o pessoal e não pagava, comprava porco dos índios e não pagava... depois da última viagem do Rvdo [Reverendo], noto mesmo aqui no Posto [Indígena do Papuri] uma certa indisposição por parte de algum

que istou até receiando [sic] ser sacrificado aqui com minha família e só espero a chegada de minha canoa de São Gabriel [da Cachoeira] para retirar-la de aqui e se não fosse pelas encomendas de soldados de Santa Maria sahia era já mesmo. (SPI, PIMF, 20/07/1938).

O Encarregado do Posto atribuiu ainda a ocorrência de conflitos entre ele e os indígenas do Papuri e, conseqüentemente, o suposto risco de vida que corria às interferências por parte das Missões Salesianas. O diretor da Missão rebateu a acusação afirmando que

Não insinuei aos índios do Posto e a outros coisa alguma, somente me pediram se podiam falar com o Snr. Major [Reis] e respondi-lhes afirmativamente... vários tuchauas e ex-alunos falaram com o Coronel [Alexandrino da Cunha] e com o Snr. Major, direito que não podemos negar aos Índios... Nas viagens que fiz no Papury são sem número as queixas contra o Sr. Alcides [Rocha]... Esta sua carta mostra que o Snr. não está ainda convencido que se não tivesse posto a minha interferência em seu favor a esta hora o Sr. já teria sahido do Posto... (MSI, 25/07/1938).

Destaco três aspectos na citação acima: as lideranças nativas buscavam ampliar o leque de interlocutores para tratar dos problemas que assolavam as sociedades indígenas; o segundo diz respeito ao controle social exercido pelas Missões Salesianas sobre as populações indígenas, situação que consistia na submissão das lideranças indígenas em ter que pedir autorização dos missionários para tratar com as autoridades governamentais (“me pediram se podiam falar”) temendo possíveis represálias a respeito de alguma crítica aos missionários, pois a presença dos representantes do governo era temporária, mas a dos missionários era permanente; o terceiro refere-se ao poder que os missionários conferem a si mesmos de derrubar de sua função o Encarregado do Posto ou de decidir pela sua permanência.

Disputas semelhantes ocorreram entre os missionários e os agentes do Posto de Indígena de Iauareté. Todavia, neste último PIF, as correspondências acrescentam um motivo novo para o conflito, o qual não foi identificado na documentação dos outros postos, a saber, um ingrediente de natureza ideológica, o comunismo.

O compromisso que estava ficando difícil de ser cumprido pelo diretor da missão de Iauareté, do qual falamos anteriormente, referia-se às relações com o Sr. José Severiano de Souza, encarregado do posto de Iauareté, pois este, segundo o missionário, apesar da ajuda que recebia da missão, havia atacado os salesianos em um comício em São Gabriel da Cachoeira, conforme se atesta em uma carta dirigida pelas missões salesianas ao Chefe da 1ª Inspeção Regional do SPI (Amazonas e Acre), Alberto Pizarro Jacobina. Nela, o missionário afirma que também conhece os “fatos desonrosos” para o SPI, mas tem mantido atitudes coerentes com a aliança política, de modo a não divulgá-los: “É desde 1927 que acompanho o movimento do SPI nesta região,

quantos fatos desonrosos para o Serviço [de Proteção ao Índio] poderia contar, mas nunca os lancei ao público e não o farei” (MSI, 21/01/1946).

Em resposta a essa carta, o encarregado do posto de Iauareté escreveu ao diretor da missão salesiana da mesma localidade rechaçando a “propaganda injusta e desleal” dos salesianos contra o SPI e afirmando que, em momento nenhum, ele se lembra de “haver [se] intrometido no labor a que estão empenhados [os salesianos]”. A deslealdade e a injustiça a que se refere foram expressas nos seguintes termos:

Continuamos aqui sendo taxados de comunistas... Espero que as manifestações injuriosas e cheias de calúnia já ventiladas sejam feitas diretamente ao Dr. Alberto Pizarro Jacobina [Chefe da 1ª Inspetoria Regional do SPI] quando aqui chegar [em Iauareté]... O ambiente aqui tornou-se minado de enredos que convergem exclusivamente da Congregação que devia servir de exemplo de caridade e fora de toda murmuração contra a vida e moral dos particulares. Nada tenho feito até hoje que me envergonhe diante de quem quer que seja; sempre respeitei a família do índio e o trato com igualdade necessária, auxiliando-os de acordo com os recursos que me são enviados da Inspetoria. O egoísmo que se estampa em muitas ocasiões em alguns que aí trabalham [na missão salesiana] é deveras repugnante... (SPI, 1946)

A origem desses conflitos residia, por um lado, no fato de que o SPI era contrário à presença de Missões Religiosas junto aos povos indígenas e, por outro, no âmbito interno do aparelho estatal, devido ao conflito de interesses entre o SPI e demais instâncias governamentais a respeito da questão indígena, visto que certos segmentos do governo delegavam e legitimavam a ação salesiana junto aos povos indígenas mediante a concessão de subvenções financeiras e de equipamentos.

Além dos conflitos ocasionados pela disputa do poder temporal com o SPI, em vista do controle territorial e social dos povos indígenas, outro *front* de batalha das missões salesianas foi a “conquista espiritual” dos povos indígenas do rio Negro, o qual se deu no interior da própria igreja católica com os missionários Montfortianos que atuavam no território colombiano.

### **3 As missões católicas: salesianos e montfortianos**

Os padres Montfortianos iniciaram sua atuação missionária junto aos povos indígenas da Colômbia desde os primeiros anos do século XX, provavelmente 1904, no território que compreende o rio Papuri, o qual faz fronteira com o Brasil (BECERRA, 2002). Como vimos, a partir de 1928, os salesianos fundaram a Missão de Iauareté no território brasileiro. Além do trabalho de cooperação entre as duas Ordens Religiosas e da apreciação mútua entre os religiosos, ocorreram disputas pelo poder temporal e espiritual, expressas

através de críticas recíprocas e reivindicação de exclusividade de atuação junto às populações indígenas do rio Papuri.

Em 1934, um montfortiano respondeu à missão de Iauareté insinuando que os salesianos não haviam compreendido nada a respeito da disputa de poder entre o Estado e a igreja católica e, particularmente, sobre as consequências malsãs da presença do SPI no Alto Rio Negro, pois esse fato acarretaria a quebra da hegemonia católica junto às populações indígenas, uma vez que, até então, o território de fronteira e as etnias ali residentes eram controlados pelas missões católicas.

Nos estrañó mucho algunas reflexiones de su Reverencia en su ultima carta por lo qual se ve que el Padre no comprendio nada del movimiento casi revolucionário que hubo en el Papuri en el tiempo que paso aqui el Capitan Rondon el cual movimiento malsano lo continua ahora el Señor Delegado Alcides [Castro] Rocha. Se decia y se dicen que eran bastante apoyados por el R[everendíssimo] P[adre]. Juan [Marchesi], pero yo no me atrevia a creer tal cosa, o seria que el P. Juan no se daba cuenta de nada [...] (MISIONES MONTFORTIANAS/MM, 18/01/1934).

O apoio que as missões salesianas prestavam ao SPI era sinal de que, para os montfortianos, os salesianos não se davam “cuenta de nada”. Todavia, a nosso ver, os salesianos se davam “cuenta de tudo”, pois atuavam nos dois polos da hierarquia estatal: se, por um lado, alimentavam disputas em nível local com os funcionários do SPI, por outro, em nível federal, o prelado atuava nos altos escalões do governo em busca de subvenções para a obra missionária. Além dessa divergência fundamental a respeito das relações entre a Igreja Católica e o Estado, as críticas resvalavam para o método catequético de ambas as Ordens Religiosas, como se lê na carta de um montfortiano na qual ele se exime dos boatos de críticas à ação salesiana ao mesmo tempo em que defende que o *modus operandi* dos montfortianos estava de acordo com as ordens de Roma: “no tenia ninguna intención de querer cambiar el modo de hacer y de obrar de los Rdos (Reverendos) Pdres (Padres) Salesianos. Explicaba solamente el método nuestro, al cual no podemos cambiar tampoco por que queremos conformarnos a las instrucciones de Roma, as cuales corresponden demasiado bien con las experiencias personales de los misioneros de aqui [do rio Papuri, em território colombiano] (MM, 15/02/1934).

Uma das críticas dos Salesianos aos Montfortianos era a de que estes não respeitavam o costume tradicional da exogamia linguística (MSI/CRÔNICAS, 13/06/1935), ou seja, o casamento entre membros pertencentes a etnias diferentes e, portanto, falantes de línguas diferentes. Todavia as correspondências missionárias se referem a “dos systemas”, como na carta de um montfortiano da missão de Teresita (Colômbia):

[...] dos misiones en un rio - dos congregaciones en un rio - dos systemas en un rio -[...] a nosotros la sana razon “nos dice que no” - “la experiencia

nos dice que no” – las discórdias entre índios y algunas veces entre misioneros nos dicen que “no” – el bien espiritual [...] nos dice que “no” – las autoridades eclesiásticas [...] nos dicen que “no”. Por eso, padre, tengo la “obligacion” de luchar para conseguir un de los dos: todo el Papury o nada”. Pero me parece que los 25 años que estamos aquí nos dan a lo menos el derecho da primogenitura (MM, 24/05/1939).

Os Montfortianos reivindicavam a exclusividade de atuação missionária no rio Papuri baseados na antiguidade da missão na área e demonstravam-se dispostos a lutar contra os salesianos pelo que consideravam seu direito. Os conflitos missionários no âmbito local persistiram ao longo dos anos 1930 e chegaram ao conhecimento das autoridades eclesiásticas, as quais resolveram deliberar sobre o assunto. Apoiando-se no argumento da presença montfortiana no rio Papuri com objetivos exclusivamente religiosos de “ganhar para Cristo os pobres índios”, o Vigário Coadjutor de Los Llanos de San Martin, sediado em Villavicencio, propôs ao Prelado das Missões Salesianas a concórdia e a cessação da competição malévola entre os missionários católicos e, para que tal acontecesse, a seu ver, era necessário que cada missão religiosa tivesse seu campo de atuação bem definido, ou seja, que os salesianos se retirassem do rio Papuri, uma vez que no seu entendimento o que devia prevalecer era a antiguidade da Missão de Montfort, pois

[...] já que nós Padres Monfortianos nos ocupamos faz 25 años no Papury **não me parece conveniente que os padres salesianos se estabeleçam no mesmo rio**. As dificuldades que já se tem apresentado indicam-no claramente. Em vista disto, permito-me pedir-lhe com o maior respeito e pela paz comum que se tomem as medidas necessárias para que cada missão mantenha sua esfera de ação própria já que ambas procuram apenas a glória de Deus e o bem das almas” (MM, 04/07/1939, grifo nosso).

O diretor da missão de Iauareté respondeu que espiritualmente os índios do rio Papuri pertenciam aos Montfortianos visto que os salesianos não fundaram missões nesse rio. Todavia acrescenta:

Agora deixarmos o Papury à missão de Monfort no sentido estrito de não podermos mais visitar os índios brasileiros daquele rio; não receber os menores nos internatos de nossas residências; não ajudá-los na construção dos povoados e não visitá-los uma vez ou outra é uma forma de exclusão que não podemos aceitar, pois a *Propaganda Fidei* [Departamento do Vaticano] constituiu os limites da nossa Prelazia conforme a última comunicação segundo os limites do território nacional.

A este motivo se acrescenta mais isto: que o governo da União auxilia a Prelazia [do Rio Negro] para que nos ocupemos indistintamente dos índios destes rios seja espiritualmente que moralmente... (MSI, 27/05/1939).

A reivindicação dos salesianos para continuar a atuação missionária junto às populações indígenas do rio Papuri adotava como argumento,

primeiramente, a sobreposição entre o poder geopolítico, com base na definição das fronteiras geográficas do território brasileiro, levadas a efeito na década de 1930, e o poder de Roma e, *last but not least*, garantir junto ao governo federal as subvenções financeiras, as quais, em sentido estrito, obrigavam os salesianos à prestação de serviços à população indígena. A hierarquia eclesiástica de ambos os países negociou um acordo e ficou acertado que os salesianos continuariam atuando no rio Papuri, nos limites do território brasileiro, e os montfortianos no lado colombiano.

## Considerações finais

Em síntese, as disputas entre os agentes colonizadores pelo controle dos povos indígenas do Rio Negro lançaram as Missões Salesianas em duas frentes de embates: uma pelo poder sociopolítico (temporal) com o SPI, e outra pelo poder espiritual com as Missões Montfortianas. Em meio a estratégias de civilização e de conversão religiosa impostas pelo Estado e pela Igreja Católica atuaram decididamente as lideranças indígenas, ora resistindo explicitamente, ora negociando alianças com vistas à formação de uma ampla coalizão de forças entre as diferentes etnias em defesa dos interesses indígenas, o que, a nosso ver, preanunciava o que, posteriormente, ficou conhecido como movimento pela autodeterminação indígena.

## Fontes

AMAZONAS, GOVERNO DO ESTADO [DO]. Carta, 21/08/1930.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial do Estado do Amazonas/DOE, 01/09/1933.

BOLETIM SALESIANO: nov./dez. 1917; maio/jun. 1925; maio/jun. 1927; maio/jun. 1930; nov./dez. 1930.

BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA/INSPEÇÃO DE FRONTEIRAS. Relatório apresentado ao Inspector Exmo Snr. General Candido Mariano da Silva Rondon pelo Chefe do Serviço de Estado Maior Major Boanerges Lopes de Sousa. Trabalhos realizados no ano de 1928.

COLÉGIO DOM BOSCO. Carta, de 20/08/1930. Arquivo Museu do Índio/FUNAI.

FERREIRA, Antonio da Silva. A missão do Rio Negro no período de D. Pedro Massa (1921-1966), [s.l.: s.n.], [199-?].

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Carta de Alberto de Lemos Basto a Lourival Fontes comunicando que o Lloyd Brasileiro já providenciou o transporte gratuito de mercadorias para as Missões Salesianas do Amazonas solicitado por Dom Pedro Massa, Rio de Janeiro, 30/04/1953.

KNOBLOCH, Franz. Resumo histórico das Missões no Rio Negro: dos inícios até 1970. Tradução Norberto Hohenscherer. Manaus: Diocese/Isma, 1989.

MISSÕES SALESIANAS DE IAUARETÉ. Crônicas 1927-1960.

\_\_\_\_\_. Cartas, de 23/07/1933; de 27/07/1936; de 25/07/1938; de 27/05/1939; de 21/01/1946.

MISIONES MONTFORTIANAS. Cartas: de 15/02/1934; de 24/05/1939; de 04/07/1939.

PRELAZIA DO RIO NEGRO. Carta, de 28 de maio de 1940.

REPUBLICA DE COLOMBIA. MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. OFICINA DE LONGITUDES Y FRONTERAS. Arreglo de limites entre la Republica de Colombia y la Republica de los Estados Unidos del Brasil. Bogota, [s.d].

\_\_\_\_\_. ADUANA DE YAVARETÉ. Ofício, de 28/07/1936.

\_\_\_\_\_. COMISARIA ESPECIAL DEL VAUPÉS. Ofício. Mitu, 03/10/1936.

\_\_\_\_\_. Carta, de 19/08/1941.

\_\_\_\_\_. LEGACIÓN DE COLÔMBIA EN RIO DE JANEIRO. Ofício, de 08/05/1936.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI. Inspeção de Fronteiras. Cartas, de 25/07 e 08/08/1930.

\_\_\_\_\_. Telegrama, de 28/02/1928. SARQ/MI, filme 0389.

\_\_\_\_\_. Telegramas, de 21 e 28/02/1932; 13 e 14/03/1932. SARQ/MI, filme 0389.

\_\_\_\_\_. Inspetoria no Amazonas e Acre. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1930-1931.

\_\_\_\_\_. 1ª Delegacia Regional. Posto Indígena Mello Franco. Carta, 20/07/1938.

\_\_\_\_\_. Carta, de 20/08/1938.

\_\_\_\_\_. Relatório de 1939. Ofício n. 119/39, de 08/06/1939.

\_\_\_\_\_. Relatório de 1941. Carta, de 08/1941.

\_\_\_\_\_. Relatório de 1943.

\_\_\_\_\_. PIF IAUARETÉ, 02/06/1946.

SOUSA, Boanerges Lopes de. Cartas, de 27/07 e 08/08/1930.

## Referências

BANDEIRA, Alipio. *A mystificação salesiana*. Rio de Janeiro: Litho-typo fluminense, 1923.

BECERRA, Gabriel Cabrera. *La Iglesia em la frontera: misiones católicas em el Vaupés 1850-1950*. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2002.

COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. *O direito à educação no Amazonas (1933-1935)*. 2001. 325f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação/Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

\_\_\_\_\_. As ações das missões salesianas no Rio Negro, Amazonas/Brasil (1916-1923): “conversão” e “civilização” do índio. In: LANGER, Protasio Paulo; CHAMORRO, Graciela. *Missões, militância indigenista e protagonismo indígena*. JORNADAS INTERNACIONAIS SOBRE AS MISSÕES JESUÍTICAS, 13. São Bernardo do Campo, SP: Nhanduti, 2012. v. II.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Pensando a educação em tempos modernos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

LEITURAS CATÓLICAS DE DOM BOSCO. *Às margens do Amazonas*. [S.l.]: [s.n.], 1941.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *As órbitas do sítio: subsídios ao estudo da política indigenista no Brasil, 1910-1967*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2009.

NIMUENDAJU, Curt. *Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas*. Introdução Carlos de Araújo Moreira Neto; prefácio e coordenação Paulo Suess. São Paulo: Loyola, 1982.

RONDON, Frederico. *Pelos sertões e fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Reper, 1969.

SÕÃLIÃ WEHETADA BAHUÍ (Dorvalino S.J.V. Chagas). *Cosmologia, mitos e histórias: o mundo dos Pamulin Mahsã Waikhana do Rio Papuri*. 2001. 132 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

SOUSA, Boanerges Lopes de. *Índios e explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1955.

\_\_\_\_\_. *Do rio Negro ao Orenoco: a terra, o homem*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1959.

STRADELLI, Ermanno. *Lendas e notas de viagem: a Amazônia de Ermanno Stradelli*; prefácio de Gordon Brotherston; introdução, seleção, notas e tradução Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Rio Amazonas e Negro*. Tradução Eugenio Amado; apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade São Paulo, 1979.